

ASSEMBLEIA GERAL

31 DE JULHO - sexta-feira, 14h

Local a confirmar. Será informado no site e nos perfis da Adufrj-SSind nas redes sociais

Pauta: 1) Informes; 2) Greve nacional dos docentes federais - avaliação e propostas; 3) Aprovação da comissão para eleição da diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind; 4) Assuntos gerais.

Calendário

Pressão adia início de segundo semestre na UFF

Página 7

www.adufrj.org.br

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ
AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN
Ano XIV nº 897

Central Sindical e Popular - Conlutas
28 de julho de 2015

Movimento

Greve cresce em setores do funcionalismo

Página 6



Janine serve ao setor privado

Em quatro meses à frente do MEC, Renato Janine Ribeiro (foto) mostra quem são seus aliados. **Página 8**

CRISE

Reitor detalha déficit no orçamento da UFRJ

Página 7



Reitor Roberto Leher

GREVE NA UFRJ



Terceirização é o novo padrão de exploração capitalista

Página 5

Assembleia aprova contraproposta

■ A assembleia dos docentes da UFRJ realizada na terça-feira, 21 de julho, decidiu manter a greve e indicar uma contraproposta à que o governo vem apresentando: os 21,3% que o governo oferece

como reajuste em quatro parcelas anuais seriam pagos em apenas uma parcela em janeiro de 2016. A proposição foi encaminhada ao Comando Nacional de Greve para avaliação. Outra decisão foi

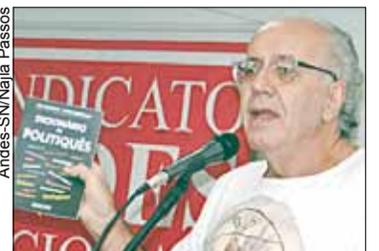
cobrar a presença do ministro da Educação nas negociações. Na semana passada, em duas reuniões, o governo se manteve inflexível.

Páginas 3, 4 e 6

PERDA

Morre Vito Giannotti

Página 5



Conselho de Representantes
28 de julho às 9h30
TERÇA-FEIRA

sala de reuniões
no Anexo do CCJE
(antigo NEI)

Pauta:
1 - Informes;
2 - 60º Conad: contribuições para o Anexo do Caderno de textos, delegação (observadores);
3 - Assuntos gerais.

As reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os professores sindicalizados.

Semana

DE 20 A 24/JULHO



da greve

-SEGUNDA

Comando Local de Greve da Adufrj-SSind faz reunião preparatória para a Assembleia.

Em Brasília, MPOG insiste no reajuste (reduzido) em quatro anos e aumentos de alguns benefícios, como auxílio-alimentação.

-TERÇA

Assembleia Geral da Adufrj-SSind, na Escola de Educação Física e Desportos, mantém a greve.

-QUARTA



Marcha dos servidores em Brasília

Em mesa setorial com os professores, governo não apresenta nenhuma novidade em relação ao apresentado na segunda-feira.

-QUINTA

Adufrj-SSind fala ao Consuni sobre a greve
Atividade unificada dos segmentos da UFRJ na Praia Vermelha.

-SEXTA

Reunião com comandos de greve e entrevistas à mídia comercial.

SEÇÕES SINDICAIS EM GREVE: 41

PROFESSORES EM GREVE

ADUFAC
Universidade Federal do Acre

ADUA
Universidade Federal do Amazonas

SINDUFAP
Universidade Federal do Amapá

ADUFRA
Universidade Federal Rural da Amazônia

ADUFPA
Universidade Federal do Pará

SINDUNIFESSPA
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SINDUFOPA
Universidade Federal do Oeste do Pará

ADUNIR
Universidade Federal de Rondônia

SESDUF-RR
Universidade Federal de Roraima

SESDUFT
Universidade Federal de Tocantins

SINDIFPI
Instituto Federal do Piauí

ADUFERSA
Universidade Federal Rural do Semiárido

ADUFAL
Universidade Federal de Alagoas

ADUFS
Universidade Federal de Sergipe

ADUFPB
Universidade Federal da Paraíba

SINDUNIVASF
Universidade do Vale do São Francisco

APUB
Universidade Federal da Bahia

APUR
Universidade do Recôncavo da Bahia

ADUFOB
Universidade Federal do Oeste da Bahia

APRUMA
Universidade Federal do Maranhão

ADUFCG
Universidade Federal de Campina Grande

ADUFCG-PATOS
Universidade Federal de Campina Grande - Patos

ADUC
Universidade Federal de Campina Grande - Cajazeiras

ADUFMAT
Universidade Federal do Mato Grosso

ADUFMAT-RONDONÓPOLIS
Universidade Federal do Mato Grosso - Rondonópolis

CAMPUS GOIÁS
Universidade Federal de Goiás

ADCAJ
Universidade Federal de Goiás - Jataí

ADCAC
Universidade Federal de Goiás - Catalão

ADUFDOURADOS
Universidade Federal da Grande Dourados

ADUFMS
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SESDIFMT
Instituto Federal do Mato Grosso

ADLESTE
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Três Lagoas

ADUFF
Universidade Federal Fluminense

ADUFRJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro

ADOM
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus de Mucuri

ADUFLA
Universidade Federal de Lavras

SINDFAFEID ou ADUFVJM
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Diamantina

CLG - UFSC
Universidade Federal de Santa Catarina

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN na UFRGS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CLG - UNILAB
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ADUFOP
Universidade Federal de Ouro Preto

OUTRAS CATEGORIAS FEDERAIS EM GREVE

Fasubra - em greve desde o dia 28 de maio
Técnicos das Universidades Federais

Fenajufe - Em greve desde o dia 10 de junho
Tribunais do Judiciário Federal

Fenasps - Em greve desde o dia 7 de julho
Tribunais de Saúde, Previdência e Assistência Social

Sinasefe - Em greve desde o dia 13 de julho
Técnicos e Docentes de institutos federais

Asfoc - Em greve desde o dia 16 de julho
Trabalhadores da Fiocruz

Condsef - Em greve desde o dia 27 de julho
Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal



MEIO-DIA E MEIA DE QUINTA-FEIRA, 23. A greve vai às ruas

Ivan Angelis - 23/07/2015

Os eixos da pauta

Defesa do caráter público da universidade

Melhorias das condições de trabalho

Garantia de autonomia universitária

Reestruturação da carreira

Valorização salarial de ativos e aposentados

Agenda da greve

JULHO

28 Conselho de Representantes da Adufrj no campus da Praia Vermelha, 9h30

30 Ato em defesa da educação pública, no Largo de São Francisco (Centro), à tarde

31 Assembleia Geral da Adufrj-SSind, 14h Local a confirmar

Início da greve dos professores da UFRJ | 23 / junho

ASSEMBLEIA GERAL

AG da Adufrj-SSind aprova contraproposta salarial

Docentes da UFRJ mantêm greve e enviam ao CNG, para avaliação, uma proposição com o percentual oferecido pelo governo (21,3%), mas não da forma parcelada proposta, e sim de uma só vez, em janeiro de 2016

Também foi cobrada a presença do ministro do MEC na negociação da greve

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Os docentes da UFRJ, reunidos na Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) no último dia 21, votaram a continuidade da greve. Depois das avaliações, a Assembleia entendeu que o movimento precisa ser mantido e fortalecido na universidade. Na reunião, com quase 200 professores, houve apenas quatro votos contrários à deliberação, além de uma abstenção.

Outro encaminhamento da assembleia foi enviar ao Comando Nacional de Greve do Andes-SN (CNG) uma contraproposta a ser apresentada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG): o texto — reproduzido nesta página — prevê que o reajuste oferecido pelo governo, de 21,3% ao longo de quatro anos, seja pago em apenas uma parcela, no início de 2016.

Também foi aprovada uma solicitação ao CNG para cobrar a presença do ministro da Educação, até o momento em silenciosa submissão à ótica gerencialista do MPOG, na negociação da greve nas instituições federais de ensino. Exige-se que Renato Janine se apresente para dar respostas satisfatórias à categoria.

Solidariedade à Adufrj-SSind

Os professores subscreveram, ainda, uma nota de solidariedade à Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (Adufrj-SSind), que sofreu ataques, nos últimos dias (veja nota nesta página).



Samuel Tosta - 21/07/2015

Quase 200 professores votaram a continuidade da greve em assembleia realizada na EEFD

60º Conad

Ainda segundo decisão da AG, o presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, será o delegado da Seção Sindical ao 60º Conselho do Andes-SN (Conad), marcado para Vitória (ES), entre os dias 13 e 16 de agosto. O Caderno de Textos do evento, que atualiza o plano de lutas do Sindicato Nacional, está disponível em <http://migre.me/qT7Pf>. Haverá um Conselho de Representantes nesta terça, 28, para debater o Caderno, novas propostas e a delegação (observadores) (veja chamada na capa).

Nota de solidariedade à Adufrj-SSind

Ao longo de sua trajetória de mais de 35 anos de atividades, a Adufrj-SSind tem se pautado por uma luta incessante em defesa de uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, voltada para os interesses da maioria da população. Da mesma forma, vem se destacando pela defesa de uma sociedade livre de exploração e de opressões de qualquer espécie. Tal luta se materializa em apoio concreto (e luta conjunta), cotidiano, ao conjunto do sindicalismo classista e combativo

e aos movimentos sociais de uma forma geral que se posicionam claramente na mesma perspectiva de luta por uma outra forma societária, em que o caminho para a superação da exploração e das opressões seja pavimentado pela construção coletiva de uma humanidade emancipada. Por acompanharmos essa trajetória e reconhecermos o papel representado pela Adufrj-SSind nas lutas sociais locais, regionais e nacionais, nós – entidades e pessoas – abaixo assinados,

manifestamos nossa solidariedade frente aos ataques políticos que, em meio a uma greve, em defesa da Universidade Pública, essa Seção Sindical do Andes-SN vem sofrendo. Da mesma forma, condenando todas as formas de violência física e simbólica, e especialmente aquelas que carreguem conteúdo de opressão racial, de gênero, ou de qualquer outra natureza, manifestamos nossa solidariedade a todas as pessoas atingidas pelos fatos ocorridos em 15/07/2015

na reitoria da UFF (para informes mais completos, vide os relatos em <http://grevedaufrj2015.blogspot.com.br>) e, particularmente, à Professora Renata Verza, presidente da entidade, agredida verbalmente, por dois membros dos conselhos superiores da UFF, de forma machista naquela tarde e, nos dias seguintes, vítima de assédio, decorrente, em última análise, de sua intransigente militância em defesa da Universidade Pública.

Texto-base da contraproposta salarial do CLG da Adufrj-SSind

Carreira e salários

a) Data-limite para as negociações

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que está em tramitação no Congresso, em vias de aprovação, estabelece que reajustes salariais, reestruturação de carreiras, criação de cargos, ou quaisquer outras medidas que resultem em aumento de despesas com pessoal do governo federal em 2016 devem iniciar a sua tramitação no Congresso até 21 de agosto de 2015. Para os orçamentos de 2011, 2012 e 2013, as datas-limite foram 31 de agosto dos anos anteriores. Em 2014 e 2015, foram as “datas da publi-

cação da LDO”, que ocorreram, respectivamente, em 24/12/2013 e 3/1/2015. É claro que, sendo a LDO uma lei ordinária, ela poderá, em princípio, ser modificada posteriormente à sua aprovação, por lei ou medida provisória, mas a viabilidade política de tal procedimento é praticamente inexistente. Portanto, na prática, o governo precisa apresentar o seu projeto de lei ao Congresso (ou editar medida provisória) sobre estes pontos até o próximo dia 21 de agosto, para que haja efeitos em 2016.

b) Valores de referência e reestruturação da carreira docente

“O valor total do reajuste”

de 21,3%, parcelado em quatro anos, proposto pelo MP aos servidores federais no dia 25 de junho (e reafirmado nas reuniões dos dias 7 e 20 de julho), isto é, 5,5% em 2016; 5,0% em 2017; 4,8% em 2018, e 4,5% em 2019, “é uma referência”, de acordo com os termos do próprio MP, “e poderá ser distribuído de forma diferenciada conforme a carreira, desde que respeitado o limite de reajuste proposto”. A “proposta” admite, portanto, uma negociação setorial (no nosso caso, com os docentes federais), posterior à definição do reajuste geral “referencial”.

Nesse sentido, entendemos que aqueles 21,3% correspon-

dem ao impacto orçamentário máximo que o governo está disposto a aceitar neste momento, na forma de um reajuste “linear” (percentual igual para todos) ou por meio de percentuais diferenciados, de forma a corrigir (ou aprofundar...) as distorções acumuladas na estrutura da grade salarial dos docentes. A magnitude deste reajuste, contudo, inferior às mais otimistas projeções de inflação futura, não permitirá reestruturação alguma da grade salarial que não resulte em perdas reais para uma parte considerável da categoria.

Pressionar o governo por um reajuste geral, referencial, maior do que os 5,5% propos-

tos para 2016, é, portanto, absolutamente necessário para que seja possível negociar setorialmente uma reestruturação da grade salarial na direção dos princípios que reivindicamos.

c) Possível contraproposta dos SPF

Tendo em vista a necessidade de obter-se um reajuste geral efetivo já em 2016, propomos ao conjunto dos servidores federais que reduza a sua reivindicação de reajuste geral, dos atuais 27,3% para os 21,3% oferecidos pelo governo, mas não da forma parcelada proposta, e sim de uma só vez, em janeiro de 2016.

GREVE 2015

Mais de seis mil servidores protestam na capital federal

Ao final da Marcha, representantes dos SPF foram recebidos na Secretaria-Geral da Presidência da República



Caravanas do Andes-SN tiveram participação significativa na Marcha

Funcionalismo tenta abrir mais um canal de diálogo com o governo

Mais de seis mil manifestantes, de diversas categorias do funcionalismo público, participaram, dia 22, da Marcha dos Servidores Públicos Federais (SPF), em Brasília (DF). A atividade tinha o objetivo de cobrar a negociação efetiva da pauta unificada protocolada junto ao governo.

Eles percorreram a Esplanada dos Ministérios e caminharam em direção ao Palácio do Planalto, onde exigiram uma audiência junto à Secretaria-Geral da Presidência da República.

“A marcha foi muito positiva, contou com a participação de praticamente todas as dele-

gações das diversas categorias do serviço público e caravanas de diversos estados. As caravanas do Andes-SN tiveram uma participação significativa, com a vinda dos docentes federais de várias seções sindicais. Isso demonstra forte disposição em dar continuidade à mobilização”, relatou o presidente do Sindicato Nacional, Paulo Rizzo.

Em relação ao processo de negociação relativo às reivindicações do movimento docente, Paulo Rizzo diz que “o governo está intransigente”. Ele acrescenta que é preciso fortalecer a luta para o mês de agosto. “Precisamos estar mais fortes, com mais segmentos em greve no próximo mês. Dessa forma, conseguiremos arrancar definitivamente um posicionamento do governo diante das nossas demandas salariais e acerca das condições de trabalho nas instituições federais de ensino”, disse.

Servidores descontentes com reajuste proposto

Após a marcha, uma comissão representativa do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF foi recebida por José Lopez Feijóo, Assessor Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República.

De acordo com Amauri Frago, 1º tesoureiro do Andes-SN, “a audiência foi mais uma ação por parte do Fórum dos SPF para demonstrar disposição de diálogo com o governo e tratar da proposta de reajuste salarial de 21,3%, parcelado em quatro anos – amplamente rechaçada pela categoria”. De acordo com os servidores, a proposição – apresentada na última reunião realizada entre o Fórum das Entidades Nacionais dos SPF e a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do MPOG, no dia 20 deste mês – ignora as perdas acumuladas

(2010-2015) e não leva em conta a inflação prevista para os próximos quatro anos.

“Além disso, quando você assina um acordo por quatro anos, o governo engessa o movimento nesse período. As entidades ficam submetidas a esse acordo, sem poder reclamar. Por isso, nós queremos uma negociação anual. A proposta de reajuste do governo para quatro anos não cobre nem a inflação do primeiro ano e nem as projeções futuras, e, ainda, tem a última parcela entrando, inclusive, em um novo governo, em 2019”, ressalta Frago.

Frago espera resultados da reunião. “O Assessor Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República saiu com o compromisso de interceder junto ao ministro da pasta, Miguel Rosseto, para abrir novos canais de negociação, principalmente em relação ao que foi

apresentado pelo governo até agora”. Feijóo comprometeu-se também a interceder junto ao secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT/MPOG), Sérgio Mendonça, na tentativa de fazer a negociação avançar.

“É importante buscar novos canais de diálogo diferentes dos que estão postos até o momento para tratar das pautas setoriais e das que tocam todo o funcionalismo público. Dessa forma, é razoável que o ministro Miguel Rosseto, que é um dos responsáveis pela articulação do governo com os movimentos sociais e populares, compreenda todo o processo de construção do Fórum na organização de diversas entidades para que tenhamos um serviço público de qualidade no país”, finalizou. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)



Espaço de Unidade de Ação chama reunião

As entidades que compõem o Espaço de Unidade de Ação convocaram para esta quinta-feira (30), em São Paulo, uma reunião nacional para dar visibilidade à Campanha Nacional contra o recém-criado Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e as medidas de ajuste fiscal adotadas pelo governo federal, e também em apoio às greves e mobilizações em curso no país. O Espaço é composto por diversas entidades de movimentos sindicais, sociais e populares, entre elas, o Andes-SN e a CSP-Conlutas.

GREVE 2015

Greve põe terceirização na agenda de debates

Atividade foi organizada pela Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE Mário Prata e APG-UFRJ, com participação da ATTUFRJ

Da Redação

A ofensiva conservadora tem posto a terceirização como dinâmica central na exploração da força de trabalho. Esse novo padrão de relações, segundo o professor Cezar Maranhão, da Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ, vem abtendo conquistas que resultaram da luta dos trabalhadores no século XX.

Maranhão afirma que o drama dos terceirizados da UFRJ é um microcosmo de uma prática que se expande mundo afora. O professor cita números preocupantes da ampliação de terceirizados no Brasil. Mais grave ainda: a expansão do trabalho terceirizado no setor público, quando o Estado é o contratante.

As observações do professor foram feitas no debate sobre terceirização e precarização do trabalho. A reunião sob tendas, na manhã de quinta-feira 23 no



Macarena Lobos - 23/07/2015

Terezinha Costa, Waldinéa Nascimento (ambas da ATTUFRJ), Francisco de Assis (Sintufrj) e Cezar Maranhão (professor da ESS) no debate sobre terceirização e precarização do trabalho

campus da Praia Vermelha, foi atividade unificada de greve, organizada pela Adufrj-SSind, Sintufrj, APG e o DCE Mário Prata.

Na mesa que conduziu o evento, além de Cezar Maranhão, Francisco de Assis

(Sintufrj), Luciano Coutinho (Adufrj-SSind) Pedro Silveira (DCE) e as representantes da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ), Terezinha Costa e Waldinéa Nascimento.

Terezinha e Néia (como é mais conhecida) são duas lideranças que têm se destacado na crise provocada por empresas terceirizadas na UFRJ. Como se sabe, a universidade chegou a adiar o calendário acadêmico no

início do semestre porque, sem salários e dinheiro para transportes e alimentação, funcionários terceirizados de limpeza e portarias suspenderam o trabalho.

A mobilização dos terceirizados, fortalecida pela solidariedade das entidades de estudantes, técnicos-administrativos e professores, acabou resultando na criação da Attufrj. Esse novo patamar de organização deu força ao embate entre trabalhadores submetidos à extrema precarização e empresas de escrúpulos questionáveis, contratadas pela universidade para operações de apoio.

O debate foi antecedido por um fraterno café da manhã compartilhado por professores, funcionários e estudantes em greve. A atividade foi encerrada com panfletagem na Av. Venceslau Brás: manifestantes abordaram motoristas e pedestres, explicando as razões do movimento na UFRJ.

MPT, advocacia e direito sindical

No dia 4 de agosto, a Comissão Especial de Direito Sindical da OAB/RJ promove a palestra "O Ministério Público do Trabalho, a advocacia e o direito sindical". Será na própria OAB/RJ (Avenida Marechal Câmara, 150, 4º andar), das 16h às 20h. Mais informações pelo telefone: 2730-6525.

Condsef também entra em greve

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que representa 80% dos funcionários do Executivo Federal, deu

início à construção de uma greve a partir desta segunda-feira, 27. A mobilização pretende destravar as conversas junto à Secretaria de Relações do Trabalho

(SRT) do Ministério do Planejamento, que tenta impor aos sindicatos um índice de reajuste salarial abaixo da inflação, dividido em quatro anos.

Pós-graduação ameaçada

Neste mês de julho, a Capes anunciou cortes nas verbas Proap e Proex na ordem de 75% e 70%, respectivamente, para os programas de pós-graduação. Além disso, informou também o corte de 100% na ru-

brica capital. Ou seja, não há dinheiro para novos investimentos nos programas. E o que existia para sua manutenção foi reduzido drasticamente. O assunto foi pauta da reunião do Conselho de Ensino para

Graduados (CEPG), no dia 24. Para tentar buscar uma solução política que pressione a Capes e o governo, o conselho decidiu marcar para este dia 31 uma reunião do Fórum de Coordenadores.

Morre Vito Giannotti

Morreu no dia 25 de julho um dos ícones da comunicação sindical e popular do Brasil. O velório aconteceu no dia 26, na sede do Sindicato dos Petroleiros do Rio. Ao som de "Bella ciao" e "A Internacional", o Rio de Janeiro despediu-se do escritor Vito Giannotti.

O ítalo-tupiniquim nasceu em Lucca, na Itália, em 1943. Mas escolheu o Brasil para "fazer a revolução". Foi no chão de fábrica, como metalúrgico, que Vito percebeu que a comunicação era essencial na disputa contra o capitalismo. Durante a ditadura exerceu importante papel na Oposição Sindical

Metalúrgica de São Paulo. Dedicou toda sua vida à luta dos trabalhadores. Foi fundador e coordenador, ao lado de sua companheira Claudia Santiago, do Núcleo Pirati-

ninga de Comunicação, principal fomentador e formador de comunicadores populares e sindicais do país.

Vito escreveu uma dezena de livros sobre história dos trabalhadores, centrais sindicais, sobre comunicação sindical... Mas Vitão não se importava com seus títulos e feitos. Ele não queria nada para si. Amou a periferia. Amou a favela. Virou funkeiro. Subiu o morro. Brigou com o sistema. O que importava mesmo – e o que o fazia singular – era sua capacidade de viver o amor revolucionário. Este é o seu grande legado. Vito Giannotti: presente, presente, presente!



Andres-SN/Najla Passos

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



GREVE 2015

Governo chama duas reuniões para oferecer o mesmo: nada

MPOG sinalizou que há espaço para negociar apenas demandas específicas que não causem impacto financeiro

Nova audiência deve ocorrer nos próximos dias

Em reunião com representantes dos professores da Educação Federal em 22 de julho, a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT/MPOG) reafirmou a proposta apresentada ao Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais apenas dois dias antes: reajuste de 21,3%, parcelado em quatro anos, e aumentos em alguns benefícios.

Para os auxílios de alimentação e saúde, sem reajuste há três anos, o governo propôs correção de 22,8%: o primeiro passaria a ser R\$ 458 e o últi-

mo, proporcional por faixa etária, seria, no mínimo, R\$ 101 e, no máximo, R\$ 205. Já o auxílio-creche, desde 1995 sem correção inflacionária, o acúmulo representa um reajuste de 317%, variando de acordo com os valores praticados em cada estado.

A proposta já foi rejeitada pelo conjunto dos SPF e pelo Fórum do qual fazem parte Andes-SN, Sinasefe e Proifes, presentes à audiência setorial, da qual participaram também representantes da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Técnica e Tecnológica do Ministério da Educação.

O Secretário da SRT/MPOG, Sérgio Mendonça, sinalizou que o percentual poderia ser aplicado para a reestruturação da carreira do professor fede-

ral ou aplicado de forma linear. Diante de nova recusa frente à proposta, foi apontada uma nova reunião, ainda neste mês de julho, para que os representantes do governo apontem onde é possível avançar e quais respostas efetivas existem em relação às pautas apresentadas.

Avaliação negativa

Os diretores do Andes-SN e os integrantes do Comando Nacional de Greve dos docentes federais afirmaram enfaticamente que o governo ignora a realidade de crise instalada na Educação Federal, aprofundada pelos cortes no orçamento da pasta (R\$ 9,4 bilhões anunciados no fim de maio e mais ainda por vir, segundo pronunciamento do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no último dia 22): “O que o governo colocou nes-

sa reunião foi a reafirmação do que já havia apresentado para o Fórum, que é o reajuste de 21,3% em quatro anos, e sinalizou que isso poderia ser aplicado na reestruturação da carreira. As entidades foram unânimes em dizer que, com isso, não têm como fazer qualquer alteração na carreira”, disse Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN.

De acordo com Rizzo, o secretário da SESu/MEC, Jesualdo Farias, admite os cortes no orçamento e que existem situações difíceis. “Mas, ao mesmo tempo, ele assume que as universidades têm que continuar pedindo dinheiro para o MEC para pagar suas contas. Joga nas costas dos reitores a gestão da crise e que os atrasos nos pagamentos de contas é responsabilidade individual”, completou.

Durante a reunião, Farias

afirmou que os reitores têm que escolher quais contas vão pagar, pois o orçamento destinado para as universidades federais não é suficiente para honrar todas as despesas mensais. “É assim na crise, mas já era assim antes dela”, afirmou, lembrando seus anos enquanto reitor da Universidade Federal do Ceará.

“Nós reafirmamos o conteúdo da reorganização conceitual da nossa carreira, com o qual o MEC teve acordo no ano passado e que agora insiste em não reconhecer. No entanto, não apresenta outra proposta. Não apresenta nada. E como vamos avançar na negociação se eles não apresentarem quais são suas ideias e qual o recurso que eles vão disponibilizar para isso? Sabemos que há recursos”, completou.



Professores rejeitam proposta de reduzido aumento parcelado pelos próximos quatro anos



Governo ignora a realidade da crise instalada na Educação Federal

Enquanto o governo “enrola”, a greve cresce

Enquanto o governo insiste em oferecer “migalhas”, a greve cresce em diversos setores do funcionalismo, para além da Educação federal.

A Greve da Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho,

Previdência e Assistência Social (Fenasps), iniciada em 7 de julho, conseguiu forte adesão em 25 estados (entre eles, o Rio de Janeiro).

Os servidores da Fiocruz entraram em greve no dia 16 de julho. A paralisação não afetará o compromisso dos trabalhadores

da instituição com as atividades assistenciais, de emergência dos hospitais e de produção de vacinas e medicamentos que possam gerar perdas nas linhas já iniciadas. Nestes dias, o atendimento nas Unidades de Assistência é considerado como atividade de greve e uma

oportunidade de diálogo com a população.

Em plenária nacional realizada em 18 de julho, servidores da base da Condsef, 80% do Executivo, aprovaram greve a partir deste dia 27.

Já os trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Pú-

blico da União paralisaram as atividades desde 5 de maio e reivindicam um reajuste do salário da categoria entre 53% e 78,56%, dependendo da classe e do padrão do servidor. Mas a presidenta Dilma Rousseff vetou o projeto de lei que concedia o aumento.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor expõe ao Consuni a crise orçamentária da UFRJ

Com previsão de déficit de mais de R\$ 300 milhões em 2015, administração central pretende antecipar discussão do orçamento de 2016. Números serão apresentados a decanos e diretores nesta semana

Três anos após sua morte, Aloísio Teixeira recebe homenagens

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Depois do Comando Local de Greve docente (no dia 17) — conforme noticiado na edição anterior do **Jornal da Adufrj** —, o reitor Roberto Leher reafirmou ao Conselho Universitário de 23 de julho a grave situação financeira da UFRJ. Leher confirmou uma previsão de rombo de mais de R\$ 300 milhões nas contas de 2015. “Se não houvesse nenhum corte em 2015, chegaríamos ao fim do ano com um déficit em torno de R\$ 258 milhões. Com os cortes de 10% de custeio e 50% de investimento, passamos a um déficit de R\$ 315 milhões”, relatou.

Segundo o dirigente, durante uma reunião com o Ministério da Educação, dia 14, foi explicitado que “o orçamento de 2014 determinou 2015”. “Até o dia 14 de julho, pagamos R\$ 62 milhões deixados em aberto em 2014”, disse Leher, recuperando o contingenciamento de cerca de R\$ 70 milhões “já empenhados” do ano passado (R\$ 55 milhões de investimento, sendo mais de R\$ 12 milhões de recursos próprios da universidade).

A estratégia da administração na reunião com o Ministério foi apresentar as contas em quatro grandes grupos (com quatro grandes buracos): o primeiro inclui terceirizações, energia, água, gêneros alimentícios e afins. Para tais despesas, haveria recursos de cerca de R\$ 190 milhões de custeio e mais R\$ 20 milhões próprios. No entanto, a previsão de gasto real para 2015 já está na casa de R\$ 400 milhões. Ou seja, um déficit aproximado de R\$ 190 milhões.

Um segundo grupo de despesa corresponde a materiais de consumo, assistência estudantil (incluindo verbas do PNAES — programa do governo para a área), alugueis de ônibus universitários, entre outros itens do tipo. Nesse caso, os cerca de R\$ 63 milhões de custeio e mais R\$ 42 milhões próprios não chegariam a cobrir o gasto de 2015 de previsão na ordem de R\$ 133 milhões. O resultado: déficit de mais de R\$ 20 milhões.

Gastos com bolsas foram

encaixadas em outro módulo, que inclui ainda restaurações de prédios tombados e obras consideradas estruturais. A previsão de R\$ 5,6 milhões salta para uma despesa real de R\$ 31 milhões (R\$ 26 milhões de déficit). Por fim, em relação ao investimento em prédios, como alojamento e obras em fase de finalização como a construção do Instituto de Matemática e do Instituto de Física, o buraco é de R\$ 18 milhões.

Acerto de contas

De acordo com o reitor, o MEC concordou que o caso da UFRJ deve ser debatido em separado, levando em conta que os gastos apresentados pela universidade como emergenciais correspondem a atividades das quais a instituição depende para

funcionamento. Em contrapartida, a UFRJ vai priorizar ações para reduzir seu próprio custo de manutenção. Um exemplo está na recuperação das subestações elétricas. “Não é admissível que nossa conta de luz suba de R\$ 2 milhões para R\$ 5 milhões sem aumento de consumo”, destacou Leher. O reitor citou ainda o alto custo com a manutenção de serviços terceirizados e pediu um esforço das unidades para um planejamento institucional. Em plenária de decanos a ser realizada nesta semana, o reitor afirma que detalhará o quadro das finanças da universidade.

Por outro lado, segundo o dirigente, a administração tem como meta antecipar para já a discussão interna sobre o orçamento universitário de 2016. O foco

está na Lei Orçamentária Anual (LOA). Para o dirigente, é necessário um planejamento estratégico de gastos, “levando em conta as contas de 2014 e 2015”.

Aloísio Teixeira

O reitor Roberto Leher e alguns conselheiros prestaram homenagem a Aloísio Teixeira durante a sessão. Naquele dia 23, completaram-se três anos do falecimento do ex-reitor da UFRJ no período entre 2003 e 2011. Leher e o representante estudantil Leonardo Guimarães fizeram referência à recente (dia 22) formatura da primeira turma de Medicina da UFRJ-Macaé, campus que leva o nome de Aloísio. Leher enfatizou a dedicação do ex-reitor para inclusão dos setores “mais expropriados” na universidade pública.

Adufrj-SSind informa sobre a greve

No início da sessão, Cláudio Ribeiro, presidente da Adufrj-SSind, informou que, um mês após a adesão dos professores da UFRJ à greve nacional, o governo ainda não acenou com uma proposta razoável: “É claro que um sindicato com responsabilidade não pode aceitar uma proposta de perda salarial (com índice abaixo da inflação) escalonada por quatro anos”. Cláudio falou sobre a importância da mobilização universitária para reverter o quadro de cortes para instituições públicas de ensino e destacou a repercussão junto à sociedade e na imprensa da atividade UFRJ na Praça, realizada na semana anterior.

Elisa Monteiro - 23/07/2015



Presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro informou ao Conselho Universitário os últimos acontecimentos relativos à greve

UFF suspende calendário

Decisão ocorreu no CEP, após pressão do movimento grevista

O movimento docente da Universidade Federal Fluminense conseguiu o adiamento do início do segundo semestre letivo na instituição. A

decisão ocorreu em reunião do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP) da UFF, uma semana depois que o Comando de Greve da Adufrj-SSind realizou manifestação reivindicando a suspensão do calendário, por conta das diferentes situações geradas na universidade a partir da greve. Assim, o sistema acadêmico para o lançamento das notas 2015/1 e

dos quadros de horários das disciplinas de 2015/2 permanecerá aberto até o final do movimento grevista na universidade.

O Conselho também deliberou pela garantia de colação de grau dos formandos do primeiro semestre de 2015; realização de novas matrículas dos candidatos já convocados, dos que serão selecionados e da lista de espera

do SiSU para o segundo semestre (neste caso, contrariando orientação nacional da Fasubra) e a abertura de período para trancamento de matrícula; e cancelamento de disciplinas após o fim da greve. Uma última decisão foi a formação de uma comissão para elaborar proposta de reposição de aulas após o término da greve. **(Com informações da Adufrj-SSind)**



O MINISTRO NEFELIBATA

Janine Ribeiro, no dia de sua posse, em abril. Ele nunca deu as caras numa negociação

Professor titular de Ética e Filosofia Política da USP, Renato Janine Ribeiro substituiu Cid Gomes no Ministério da Educação. Cid durou três meses no cargo e passou para a história como “Cid, o Breve”. Por ser um homem da Academia (e não, digamos, um político profissional), Janine assumiu o ministério em 6 de abril criando expectativas em alguns setores do ensino federal público. Mas, nesses quase quatro meses à frente da pasta, tem se mostrado um aliado do setor empresarial da educação brasileira, garantindo a ampliação de verbas para o Fies por via de emissão de papéis para arrecadar dinheiro no mercado financeiro. Com isso, reforça a lógica do mercado ao propor soluções, inclusive, no segmento do ensino básico.

O Andes-SN aguarda, desde o dia 22, resposta a ofício solicitando, mais uma vez reunião com Janine Ribeiro.

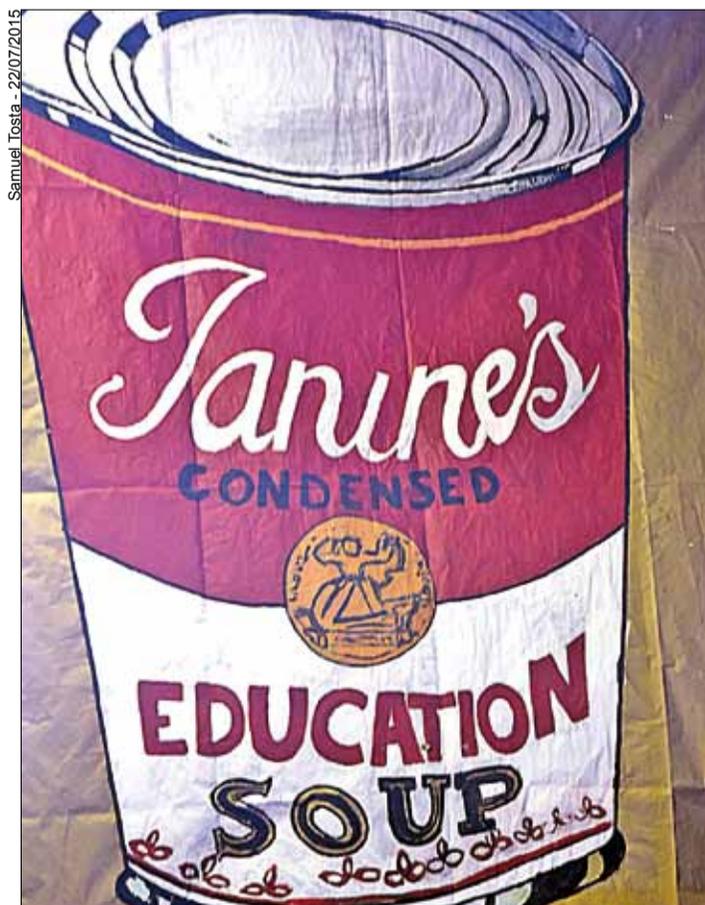
Informação cultural: O secretário-executivo do ministério é Luiz Cláudio Costa, uma espécie de eminência parda do MEC e de fidelidade canina a Aloizio Mercadante.

1 AJUSTE FISCAL

Logo na posse, assumiu o discurso de defesa do ajuste fiscal e do PNE do Congresso/governo, de viés privatista.

2 NA ÁSIA

Quando o governo anunciou o corte de mais de R\$ 9 bilhões na Educação, o ministro cumpria agenda na Coreia, ironicamente... no Fórum Mundial de Educação.



3 GREVE PRECIPITADA

Em 27 de maio, quando os professores informaram o início da greve, após mais de um ano solicitando negociar com o governo, Janine afirmou que o ministério estava aberto ao diálogo e classificou o movimento como “precipitado”.

4 SEM ALARME

Em 11 de julho, afirmou que “se a situação não é ideal, nem por isso se justifica pânico ou alarme”, sobre a crise orçamentária da pós-graduação.

5 AMERICANIZADO

No dia 14 de julho, foi divulgado vídeo no qual o ministro fala que “parceria com Estados Unidos vai auxiliar no debate sobre o Plano Nacional de Educação”. O vídeo foi ao ar depois de uma visita à ex-secretária de educação do Município do Rio de Janeiro, Cláudia Costin, em Washington (EUA). Trata-se de uma administradora de empresas com sólidos laços com o pensamento neoliberal e que virou assessora do Banco Mundial. À época de sua gestão como secretária de Eduardo Paes, a repressão não deu trégua à greve dos professores da rede municipal.